



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)  
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

Erasto Gonçalves de Oliveira

**A UNIVERSIDADE E A  
DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO  
SUPERIOR NA PERSPECTIVA  
REGIONAL DO MACIÇO DE BATURITÉ**

**REDENÇÃO - CE**

**2017**

Erasto Gonçalves de Oliveira

**A UNIVERSIDADE E A  
DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO  
SUPERIOR NA PERSPECTIVA  
REGIONAL DO MACIÇO DE BATURITÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes Pinheiro.

REDENÇÃO – CE

2017

**ERASTO GONÇALVES DE OLIVEIRA****A universidade e a democratização do ensino superior na perspectiva regional do maciço de Baturité**

Trabalho de Conclusão de Curso (Projeto de Pesquisa) apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

DATA DE APROVAÇÃO: 08/12/2017

**BANCA EXAMINADORA**

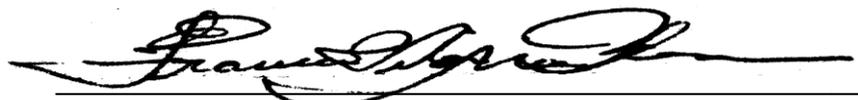
**Carlos Henrique Lopes Pinheiro – Orientador**

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC  
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB



**Ruben Maciel Franklin – Examinador**

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF  
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB



**Francisco Vitor Macedo Pereira – Examinador**

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## RESUMO

A democratização do ensino superior no Brasil é um tema contemporâneo e bastante pesquisado na atualidade por diversos grupos e linhas de pesquisas acadêmicas. A maioria das reflexões produzidas neste campo privilegiam estudos que tratam do processo de expansão universitária promovido pelas políticas de governo nesta última década; acesso e democratização do ensino superior; trabalho docente; perfil discente, dentre outras abordagens. Posto isso, buscando compreender esses cenários e dinâmicas, o objetivo deste projeto de pesquisa é analisar a democratização do acesso ao ensino superior no Maciço de Baturité sob as perspectivas dessas políticas de governo, e suas contribuições para o pluralismo representacional das massas sociais existentes no maciço de Baturité. Para tanto, partimos da análise dos dados do perfil socioeconômico dos estudantes da UNILAB. A seleção desta universidade justifica-se pela mesma se configurar enquanto principal instituição pública de ensino da região, contribuindo para uma reflexão sobre os efeitos alcançados por essas proposições enquanto política pública, e sua contribuição para uma educação justa e igualitária para todos. Em seguida, realizaremos a análise do perfil socioeconômico da população do maciço de Baturité, na base de dados do IBGE bem como uma análise dos principais objetivos das propostas de democratização do ensino nesta última década. Esperamos que com essas três dimensões de análise, possamos compreender como as políticas educacionais e todas as transformações recentes neste nível de ensino contribuem efetivamente, ou não, para o processo de democratização do ensino superior no maciço de Baturité, fazendo uma relação entre os objetivos das políticas de democratização, o perfil dos estudantes inseridos dentro da Unilab e a sociedade presente no maciço, procurando responder a tese de que o *campus* reflete a sociedade, além das demais questões propostas neste trabalho.

**Palavras-chave:** Democratização, Política Pública, Unilab.

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1. OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>10</b>
<b>2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>10</b>
<b>3. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>11</b>
<b>4 . FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>17</b>
<b>5. METODOLOGIA .....</b>	<b>26</b>
<b>6. RESULTADOS ESPERADOS/RELEVÂNCIA SOCIAL.....</b>	<b>28</b>
<b>7. PLANO DE ATIVIDADES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>30</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

O papel da universidade na sociedade é inquestionavelmente importante sob diversos aspectos, sejam eles para formação e qualificação de profissionais que atuarão diretamente para o desenvolvimento socioeconômico de um país, estado ou município, seja como parte importante do processo de desenvolvimento socioeconômico através, primeiramente, dos recursos direcionados às mesmas pelos governos, como os investimentos em infraestrutura física e mão de obra para o funcionamento e manutenção da mesma, ou pelos atraídos através da iniciativa privada, como por exemplo, os investimentos no mercado imobiliário para atender às novas demandas dos atores envolvidos nesse novo circuito social, trazendo assim importantes transformações no local onde a mesma está inserida.

O objetivo é focarmos nas transformações na educação superior no que diz respeito principalmente à democratização do ensino. Desta forma tomaremos como base inicial teórica para o nosso discurso, as políticas de expansão do ensino superior, tanto espacial, no sentido geográfico propriamente dito, como também os investimentos na infraestrutura, aumento de vagas em cursos, novos professores e técnicos, políticas afirmativas entre outros. Neste sentido, nos últimos anos a expansão do ensino superior no Brasil tem sido alavancada por políticas de incentivo a ampliação da oferta de vagas e ao fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (IES), através da alocação de recursos públicos para ampliação na infraestrutura, contratação de mão de obra qualificada, e a abertura de novas universidades, moldadas na ideia de interiorização, interdisciplinaridade, democratização, inclusão e políticas de assistência estudantil das mesmas, com vistas ao crescimento nacional, incentivo ao desenvolvimento científico e efetiva contribuição à diminuição das desigualdades regionais existente no país ou região onde estejam inseridas.

Essa expansão partiu de uma conjuntura nacional que teve início em meados de 2002. Dados do INEP (2016) mostram que, entre 2002 e 2014, o crescimento do número de universidades federais saltou de 45 para 63, o que representou um aumento de 40%, o número de vagas ofertadas mais que dobrou nesse mesmo período, houve aumento também no número de matrículas na graduação presencial, como mostra a tabela 1.

TABELA 1. EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA DE 2002 A 2014 NO BRASIL

	<b>2002</b>	<b>2014</b>
Universidades Federais	45	63
Vagas Graduação Presencial	113.263	245.983
Matrículas Graduação Presencial	500.459	932.263

Fonte: CENSO/INEP2013-2014.

Essa expansão se deu por várias frentes diferentes e complementares, fazendo parte desse nicho de implementação educacional transformadora, diversos programas de incentivo ao desenvolvimento da ciência e acesso ao ensino superior, dentro os quais podemos destacar no eixo de expansão universitária o REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que permitiu criar condições para as Universidades Federais expandirem sua estrutura física, acadêmica e pedagógica, promovendo um salto quantitativo no número de pessoas que passaram a acessar um curso de nível superior. Instituído por decreto no ano de 2007, o REUNI tinha como principal meta elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, como também o aumento da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor subindo para dezoito ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL, 2007). Com isso, o governo propiciou uma ampliação da rede de Universidades Federais, promoveu avanços na gestão dos recursos humanos, através de políticas salariais da carreira docente, planos de cargos e carreiras de servidores técnicos administrativos da educação (TAES), avanços conceituais e regulatórios, como propostas mais amplas e inovadoras da grade curricular dos cursos, por exemplo, a criação dos Bacharelados Interdisciplinares (BI's), que se constituem em cursos superiores de natureza geral, ou seja, não profissional, organizados por grandes áreas do conhecimento e que conferem um diploma de graduação (MEC, 2014).

Fechando esse eixo da expansão universitária, vale ressaltar que as etapas de todo esse processo, seguiram os princípios da interiorização, reestruturação e expansão, focadas no desenvolvimento regional, com vista na realidade local, paralelo a programas especiais com objetivos cuja finalidade se complementa.

Olhando para esse cenário da política expansionista governamental, percebemos que essas medidas enquanto proposições teóricas tem uma objetividade que aqui podemos chamar de relevante, e a meu ver, uma forte contribuição para as classes subalternas economicamente marginalizadas e educacionalmente desprovidas terem a oportunidade de acesso a um curso universitário de qualidade. Nesse sentido se faz necessário analisarmos os efeitos disso na sociedade no que se refere o acesso ao ensino superior, é preciso descrever se e como as classes sociais estão contempladas dentro da estrutura universitária, trazendo toda essa discussão para a nossa realidade local, tomando como objeto de análise os discentes da UNILAB Ceará.

No eixo da inclusão, acesso e permanência, vieram programas voltados mais diretamente para o investimento no social, no humano, no aluno, que por muitas vezes não tinha acesso a uma universidade pública e quando tinha não conseguia se manter. Nesse

sentido foi criado o Programa de Bolsa Permanência (PBP), assegurando aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assim como indígenas e quilombolas, a oportunidade de se manterem estudando e serem diplomados sem a necessidade de trabalharem para se sustentar, correndo risco de abandonar o curso, gerando prejuízos ao governo por conta das vagas ociosas deixadas pelos mesmos. Nesse mesmo paralelo foram criados diversos programas com o mesmo objetivo, de promoção do acesso democrático ao ensino superior, dentre os quais podemos destacar: o programa de financiamento estudantil (FIES), objetivando a concessão de bolsas a estudantes com perfil familiar de baixa renda, em cursos nas instituições privadas; Programa Universidade Para Todos (Prouni); Sistema de Seleção Unificada (Sisu); Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir); Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes); Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (Pnaest); Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) e a “<sup>1</sup>polêmica” Lei de Cotas (LEI N° 12.711, de 29 de agosto de 2012.), que institui a reserva de 50% das vagas das universidades federais para pessoas que tenha cursado integralmente o ensino médio em escola pública, dessas, metade deve ser preenchida por pessoas com renda per capita menor ou igual a 1,5 salário mínimo e a outra parte com renda per capita superior a esse mesmo valor, dentro dessas duas categorias há ainda uma reserva de vagas para as pessoas que se declarem pretas, pardas e indígenas. Todo esse arcabouço de políticas afirmativas constituiu o instrumento necessário para promover o acesso democrático ao ensino superior público e privado no Brasil.

O terceiro elemento importante na discussão aqui proposta nos remete a um ecletismo do termo democracia, nos situando melhor em termos teóricos com relação ao tema trabalhado, trata-se, portanto do eixo da internacionalização da educação superior. Nesse sentido o governo concentrou esforços em políticas de cooperação internacional na área da educação superior, criando para tanto quatro universidades federais, tendo entre si características comuns, como por exemplo, a internacionalização, a integração, interiorização e o desenvolvimento regional. Todas elas criadas entre 2009 de 2010. A universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) criada por lei em 2009, surgiu da luta de movimentos sociais ligados CUT, igreja católica, sindicatos de trabalhadores rurais dentre outros grupos de representação social da região denominada de “Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL

---

<sup>1</sup>Polêmica levantada pelo fato da lei desobedecer ao princípio de igualdade, e ferir a constituição Brasileira, mito já descartado pelo supremo tribuna federal que declarou a mesma constitucional.

(MESOMERCOSUL) – órgão instituído para debater os assuntos de interesse do noroeste do Rio Grande Sul, sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina” que tem como perfil básico a educação pública, democrática, autônoma e igualitária, comprometida com a garantia da pluralidade de pensamentos e desenvolvimento sustentável, respeitando os eixos produtivos da região, mas com a meta principal de promover o desenvolvimento integrado regional (UFFS, 2015).

Com características parecidas teve suas atividades iniciadas em 2009 a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), voltada principalmente para a preservação e desenvolvimento da Amazônia, com estrutura multicampi e sede principal em Santarém-PA. No quesito interiorização, a mesma se destaca entre as quatro criadas nesse período, pois em seu programa de interiorização consta a ampliação e priorização do acesso aos cursos de nível superior dos indígenas, ribeirinhos, camponês e os povos dos rios e das florestas, pessoas antes marginalizadas pelas políticas de governos e esquecidas da sociedade, desta forma em termos nacionais, o programa de expansão e democratização universitária, pelo menos na teoria se mostra eficaz para esta universidade.

Completando esse nicho acadêmico do conhecimento internacionalizado e democrático, nasce em 2010 por força de lei a UNILA e a UNILAB, a primeira de integração dos países latinos americanos e a segunda dos países de língua portuguesa. Logo à frente daremos mais destaque a UNILAB, por se tratar do nosso objeto de estudo enquanto instituição e também por fazer parte da proposta geral de expansão universitária edificada sob as ideias aqui já explicitadas (Interiorização, Democratização, Internacionalização...).

Dentro deste preâmbulo inicial das proposições políticas para a expansão universitária e democratização do ensino, fizemos menção até agora a três importantes categorias estruturantes do ponto de vista teórico para o tema trabalhado, sendo elas a expansão, internacionalização e inclusão, todas tendem a convergir para um mesmo propósito, o de atingir o maior número de pessoas com as suas diferentes classificações socioeconômicas. Desta forma, de maneira mais clara e objetiva saímos do plano nacional e chegamos ao plano regional/local, mais precisamente o maciço de Baturité, onde está inserida a UNILAB/CE. Sabemos, portanto, que as políticas de governo sempre foram pensadas e concebidas muitas vezes em uma macroestrutura, conjuntura nacional que não levava em consideração as características endêmicas e intrínsecas de uma determinada região e seus processos de relações e interações sociais locais. Daí surge a necessidade de pensá-las através da organização da estrutura territorial em termos geográficos.

Assim, usados como estratégia de articulação de aplicação de políticas públicas, principalmente pelos órgãos de governos como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como também pelo Ministério da Educação (MEC), os territórios se tornaram uma ferramenta importante no planejamento e aplicações de ações governamentais. Virou também uma estratégia política de acessar com mais força os recursos públicos, pois os territórios, em uma definição do Plano Territorial Do Maciço de Baturité, consistem em um bloco formado por diversos municípios de uma determinada região que possuem entre si o maior número de características comuns. Há outras definições para o termo, como a que define esse espaço através das relações de poder. Assim o território pode ser visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados (BRASIL e MDA, 2010, p. 14).

Nesse espaço geograficamente delimitado como o território do maciço de Baturité, insere-se como uma das principais instituições de ensino superior a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, criada pela Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010, instituição de ensino superior do governo federal, que tem dentre seus princípios a interiorização, ou seja, suas instalações estão inseridas em cidades distantes dos grandes centros urbanos, buscando assim democratizar o acesso ao ensino superior. A UNILAB é, portanto, uma instituição de educação superior que possui como vocação a construção de vínculos estreitos com a realidade específica do Maciço de Baturité, território composto por 13 municípios, tendo como premissa considerar o perfil local e regional, de profundas desigualdades sociais e econômicas, apontadas pelos indicadores da região Nordeste do Brasil e do Maciço de Baturité. Destaca-se, nesse sentido, a importância da educação, como elemento de indução de um processo de desenvolvimento sustentável (DIOGENES e AGUIAR, 2013, p.7)

Fizemos até aqui a contextualização do acesso democrático ao ensino superior sob a perspectiva das políticas e projetos de governo, principalmente as de âmbito nacional, como relatado logo no primeiro parágrafo deste trabalho onde escrevi que tomaríamos apenas como base inicial essas proposições. Sendo assim para completar a linha de raciocínio e alcançar os objetivos propostos nesse projeto faz se necessário levantar dados do perfil socioeconômico da classe discente que está contida nos cursos da UNILAB.

Desta forma propomos reunir e quantificar os dados referentes à:

- Renda per capita familiar, que nos mostrará o perfil econômico dos discentes, com o qual saberemos a que classe social pertence os mesmos, colaborando assim para

identificarmos se a pluralidade socioeconômica está sendo contemplada de fato com o acesso ao ensino superior;

- Período/semestre de entrada, esse dado servirá como parâmetro comparativo, para todos os demais critérios da pesquisa, possibilitando uma análise cronológica e uma percepção mais abrangente dos dados, de maneira que contribua para facilitar a visualização desse material;
- Município de origem - será útil para demonstrar a capacidade de abrangência da universidade no que diz respeito a acesso aos cursos da mesma, contemplando o pressuposto de que a democratização pode ser também espacial e não só de renda;
- Recebe auxílio – Essa informação nos subsidiará para complementar os dados do perfil socioeconômico, e como estão distribuídos esses benefícios dentro dos cursos. Isso pode nos levar a conclusões, tais como, as de que os cursos com maior relevância social tenha menos estudantes com auxílio do que os demais, em outras palavras, o acesso ao ensino pode até ter um viés democrático, mas a distribuição entre os cursos continua restrita a um determinado grupo. Esses e outros critérios que serão abordados com mais clareza na metodologia, nos subsidiarão a responder sobre a democratização do ensino superior no Maciço de Baturité, mais especificamente a UNILAB e seus atores sociais envolvidos com a temática.

É importante definir para fins deste trabalho, o termo “democratização”. Pois sabemos que o mesmo surge da palavra democracia que por sua vez demanda uma gama de teóricos para defini-la. Mas de maneira geral tomaremos como conceito o contemplado por Robert A. Dahl, onde ele diz que a democracia se faz através de critérios e princípios onde o principal deles é o da igualdade entre todos. Traremos essa discussão mais aprofundada no referencial teórico deste projeto, mas esse esclarecimento se faz necessário para evitarmos distorções no objetivo proposto.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. OBJETIVO GERAL**

Analisar a democratização do acesso ao ensino superior no Maciço de Baturité sob as perspectivas das políticas de governo, e suas contribuições para o pluralismo representacional das massas sociais existentes no maciço de Baturité, como também sob o perfil socioeconômico dos estudantes da UNILAB.

### **2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Avaliar como a expansão das universidades tem colaborado para o acesso democrático ao ensino superior na região do maciço de Baturité.
- Promover uma reflexão sobre o papel da universidade (UNILAB) enquanto política pública, e sua importância para o território do maciço.
- Contribuir para o avanço e melhoria do ensino superior democrático, na região, buscando alcançar uma educação mais igualitária.

### 3. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A presença de qualquer grande polo de desenvolvimento econômico principalmente em pequenas cidades traz grandes transformações na região ou localidade onde o mesmo se insere, sejam elas geográficas, por conta das transformações no espaço urbano e/ou rural, sejam econômicas e sociais, com impactos diretos ou indiretos nas famílias que, de algum modo, sofrem as consequências positivas e/ou negativas. Assim, principalmente os projetos de governo têm como uma de suas justificativas, “para a sociedade em geral”, o desenvolvimento social e econômico, e mais especificamente no caso da UNILAB, o compromisso a médio e longo prazo com a transformação dos atores sociais por ela afetados, dentre as quais a oferta direta de acesso ao conhecimento de maneira mais fácil para essas pessoas que convivem a curta distância geográfica do polo central de ensino. Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2010, a região do Maciço de Baturité é carente de universidades e a presença da UNILAB trará importantes transformações sociais.

[...] o Maciço do Baturité/CE, onde será implantada a UNILAB, é carente de instituições científico-acadêmicas e da presença do Governo Federal, sendo também ausente na região a oferta de formação em nível de pós-graduação. Diante deste cenário a nova universidade pode vir a contribuir para atualizar e dinamizar o plano de desenvolvimento da região, com repercussão no seu entorno[...]. (UNILAB, COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA, 2010 p.22)

Percebemos, portanto, que para alcançar tais proposições é necessário que os atores sociais pertencentes a essa região em que a universidade se instalou estejam inseridos dentro do contexto acadêmico da instituição, em número representativo e equitativo, da população local e do seu entorno, para que se possa contribuir de maneira mais satisfatória com o desenvolvimento da região. Em outras palavras é preciso que a universidade promova o acesso democrático ao ensino, oportunizando que todas as classes sociais existentes na região possam acessar e usufruir dos cursos existentes.

Desta forma, de maneira geral, a região do entorno da universidade caracteriza-se por sua diversidade populacional. Em linhas gerais, com uma população de aproximadamente 274 mil habitantes (IBGE, 2010) 13 cidades, o Maciço de Baturité destaca-se, principalmente, pela sua relevância turística. Por se tratar de um colegiado de municípios próximo a capital cearense, mas que não faz parte da região metropolitana, o fluxo de pessoas entre esses dois polos são intensos, principalmente pelos os que fazem esse trajeto para trabalhar, deslocando-se em direção ao litoral, e os que fazem o trajeto oposto, que em sua maioria podem ser

classificados como turistas em busca do clima serrano, gastronomia, descanso e tranquilidade característicos dessa região. Mas, recentemente essa relação pode estar mudando, por diversos fatores que compõe a complexa interação social da mobilidade de pessoas, principalmente no que se refere à busca por qualificação e formação de nível superior, pois essa demanda passou a ser buscada com maior intensidade nas universidades compreendidas dentro desse aspecto territorial. Desta forma, por muitas vezes nos deparamos com pessoas que se deslocam da capital e região metropolitana, isso no contexto do Maciço de Baturité, para o interior em busca de acessar a universidade e isso além de modificar o fluxo migratório, quando a questão é o acesso a educação superior, contribui também para a mudança no perfil da comunidade discente presente dentro da instituição, portanto muda o aspecto democrático do acesso ao ensino superior.

Do ponto de vista da diversidade socioeconômica e cultural que compõe a maior parte dos discentes inseridos nas instituições de ensino superior sejam elas universidades públicas federais ou estaduais, ou de capital privado, a realidade desse conglomerado de municípios requer uma análise sistemática e precisa, buscando compreender questões sociais e democráticas importantes relativas ao acesso ao ensino superior, como as que tratam de responder se essas instituições estão fazendo jus aos planos inicialmente previstos, pelos os quais as mesmas se justificam, como os elencados em toda a gama de políticas anteriormente descritas neste trabalho. Sendo assim, essa e outras inquietações despertam a busca por respostas, que ao seu tempo precisam ser apresentadas à sociedade local, como forma de mostrar os seus resultados empíricos e teóricos, tendo em vista que do ponto de vista prático e vivenciado por cada componente dessa realidade social atual, tem efeitos perceptíveis efêmeros e superficiais<sup>2</sup>, muitas vezes não sendo respondidos, e quando são, não possuem sua devida fundamentação científica para caracterizá-los como verdadeiros e representativos da realidade. Ainda mais quando estamos falando de uma sociedade onde a realidade socioeconômica, e as relações de poder político-partidárias trazem limitações que podem dificultar tal percepção.

É nesse contexto que se busca, portanto, conhecer a realidade de quanto e como o avanço promovido pelas políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior, com ênfase em todos os municípios que compõe o Maciço de Baturité, contribuiu para uma implicação na mudança do perfil das pessoas que acessam a universidade, pois sabemos que

---

<sup>2</sup> Efêmeros e superficiais, no sentido de que essas percepções da realidade, vivenciadas pela sociedade, duram pouco tempo (“...brasileiro tem memória curta...”), necessitando portanto de respaldo acadêmico-científico.

historicamente apenas as pessoas que possuíam um nível de renda mais elevados tinham acesso a uma universidade pública, ficando as particulares como opção para o restante das massas sociais, literalmente excluídas do processo de ingresso, por uma ação inversa do sistema que ainda vivemos atualmente, talvez com menos intensidade, como por exemplo, os que fazem sua formação do ensino básico no sistema privado e os que fazem no sistema público. Desta forma ao analisarmos o perfil socioeconômico dos ingressantes nos cursos de nível superior na UNILAB obteremos os dados necessários para refutar ou ratificar a ideia de um ensino superior público democrático, o qual a universidade se propõe, como também as políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior.

Complementado as tratativas motivacionais da pesquisa, podemos elencar no cunho global, um compromisso assumido no ano de 1990, na Conferência Mundial da Educação realizada na Tailândia, onde mais de 100 países assumiram o compromisso de promoverem uma “educação para todos” até os anos 2000 (Unicef-Brasil, 1990), infelizmente isso não aconteceu, adiado por mais 15 anos no Fórum de Dakar, reassumiram novamente o mesmo compromisso e traçaram estratégias para atingir tal objetivo. Mesmo fazendo referências claras à educação básica dos mais diversos países ali presentes, o termo educação para todos, é entendido no referido documento, como a equidade de oportunidades, pois não basta ser igual e justo para com todos, é fundamental ir além da visão limitada do termo matemático, para se chegar ao objetivo proposto. E foi neste contexto que o Brasil assumiu esse compromisso, de investir numa educação igualitária, justa e democrática para todos, diante da comunidade internacional.

Outro fator que podemos elencar são os altos custos e investimentos desprendidos para construção e manutenção de uma universidade, pois não faz nenhum sentido no país que vivemos manter uma máquina administrativa tão cara que beneficie em sua maioria apenas uma determinada classe social, que historicamente já é privilegiada, deixando de fora a grande massa social, da qual demanda, a maior parte do custeio de toda a estrutura pública, através dos altos impostos pagos, como mostra pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação-IBPT, em que 79% dos brasileiros pagam 53% dos impostos do país. Como ilustração e complemento, podemos citar um dado do relatório de gestão do ano de 2016 atualizado em fevereiro de 2017, em que a UNILAB, custou para o governo, mais de 100 milhões de reais (Athayde, et al., 2017, p. 41), tão grande quantidade de recursos não deverá ser aplicado de maneira a beneficiar apenas uma classe social restrita, enquanto a maioria foi a responsável por provê-los, e essa grande maioria deve estar proporcionalmente representada e inserida dentro desse relevante processo.

É notório salientar que o retrocesso é inerente à política brasileira, e muitas vezes uma determinada forma de governabilidade ou determinada obra atribuída a um governo é atacada simplesmente pelo fato de não pertencer ao rol dos próprios feitos de quem os ataca, ou do seu grupo de aliados políticos, isso gera implicações e dúvidas diretamente naqueles que de alguma forma pertencem à unidade atacada. Assim, tomando como exemplo a UNILAB, não sendo esta uma obra que esteja gerando resultados e implicações sociais positivas, abrangendo o maior número de pessoas das mais diferentes classes sociais, cor ou raça, fica cada vez mais propensa ou vulnerável a todo e qualquer ataque de governo que esteja no poder. Desta forma se faz necessário ter o maior número de elementos e argumentos que a tornem mais sólida em suas bases, e um desses argumentos ou elementos que contribuirão, junto com outros trabalhos despertados dentro da universidade, poderá ser o resultado dessa pesquisa, o qual será possível constatar as implicações práticas do acesso democrático ao ensino superior na região, “satisfazendo os anseios e as necessidades coletivas de uma comunidade que espera utilidade e comodidade material fruível singularmente” do serviço público.

Agora concatenando-se com fatores socioeconômicos é importante inserir nas nossas considerações informações que trate de nos situar quanto a situação da realidade do território do Maciço de Baturité. Desta forma, trataremos de elencar alguns números importantes para nos situar neste projeto, assim, considerando o número de famílias com renda familiar per capita de até R\$ 170,00 critério fundamental de entrada no principal programa social de distribuição de renda do governo federal o Bolsa Família (MDS, 2015), o Maciço de Baturité tem quase 42 mil famílias inseridas nesse programa. Se considerarmos que a população total aproximada da região é 254 mil e que a taxa de ocupação média das residências na região é de 3,4 pessoas por domicílio chegamos à conclusão de que 147 mil pessoas estão diretamente ligadas ao programa social e, portanto, são de baixa renda, isso representa em torno de 57% da população total do maciço. Percebemos, ainda, conforme dados da tabela 2, que esse cenário tende a permanecer visto que não houve retração no número de famílias beneficiárias no período de 2011 a 2016, independente do cenário político econômico vivido nos últimos anos, que tende a agravar ainda mais essa situação de vulnerabilidade social. Cabe destacar ainda que os municípios de Redenção e Acarape, onde se insere a principal instituição de ensino superior da região, seguem a mesma tendência do maciço.

TABELA 2- Número de famílias beneficiárias do programa social BOLSA FAMÍLIA

MUNICÍPIO	ANO					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Acarape	2.286	2.351	2.566	2.283	2.265	2.257
Redenção	4.152	4.207	4.404	4.426	4.500	4.190
Total do Maciço	39.018	41.078	43.872	42.586	42.793	41.694

Fonte: elaboração própria, com base em dados da SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão – MDS - 2016)

Diante desse cenário econômico social desfavorável, que, aliás, reflete a realidade do país, é prudente e ideal que as condições de acesso a educação também reflitam essa mesma realidade, ou em uma perspectiva mais utópica, que a grande maioria seja originária dessa realidade social apresentada, em outras palavras, na perspectiva do popular como algo que promova a democracia é preciso que se conheça o objeto e na medida em que se moldem os conhecimentos culturais, sociais e educacionais deste, não só a força do estado mas também os comportamentos<sup>3</sup> sócio culturais da população, comporão uma proposição talvez utópica libertária da construção democrática do conhecimento através primeiramente do seu acesso ao meio acadêmico (BRANDÃO, 1984).

O contexto social exposto na tabela 2 reflete a realidade a partir do levantamento de dados preliminares feitos pelos órgãos de estatísticas do governo sobre os 13 municípios componentes do maciço, porém sabemos que a UNILAB é composta por uma diversidade etnocultural que a difere das demais universidades, e esse fato por si só já responde ao questionamento sobre a diversidade racial que acessa a universidade pública, cabe ressaltar que isso só ocorre pela forma como a política de criação da universidade foi montada:

Esta universidade representa, portanto, claro avanço na política brasileira de cooperação com a África e com países de língua portuguesa, ao dar suporte a processos de desenvolvimento sustentável em que a produção de conhecimentos e a educação são prioridade. (Unilab, Comissão de Implantação da, 2010 p.20).

Desta forma, do ponto de vista etnocultural podemos inferir que a universidade é democrática no que concerne sua composição discente, e complementarmente destacamos aqui um de seus princípios de fundação que faz parte das diretrizes gerais que regem esta universidade:

Fundada nos princípios da cooperação internacional e do intercâmbio acadêmico solidário, visa a construir - no presente e futuro - sociedades que compartilhem dos

<sup>3</sup> Comportamento no sentido de que as mudanças na sociedade moldam as formas como as políticas são aplicadas, assim como as demais necessidades sociais.

bens físicos e culturais erigidos pelo esforço coletivo das nações envolvidas no projeto. Poderá, assim, auxiliar no processo de integração regional, onde o compartilhamento e o conhecimento adquirido reciprocamente serão mecanismos de transformação em direção a sociedades mais justas e equânimes. (Unilab, Comissão de Implantação da, 2010, p.21)

Conquanto seja notório refletir que, como o nosso trabalho busca responder a questões relativas a acesso democrático ao ensino superior no Maciço de Baturité, portanto não será neste momento que buscaremos fazer uma análise mais aprofundada de como se dá o processo de acesso à UNILAB, nos países como compõe a CPLP aqui representados por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, mesmo assim faremos um aparato geral levando em consideração essa peculiaridade importante da nossa instituição, pois se trata de um fato relevante e característico da mesma.

Posto estas reflexões, podemos indagar, a partir da objetividade proposta pelas políticas públicas de inserção democrática nas universidades, se os objetivos sobre os quais a UNILAB foi edificada, foram contemplados por essa política. Nesta mesma perspectiva, partindo do pressuposto de que o *campus reflete a sociedade*, busca-se através da tríade Política Pública-UNILAB-Sociedade, a resposta sobre a democratização do ensino superior que chamaremos de *equitativa*<sup>4</sup> em relação ao Maciço de Baturité. Assim esperamos que essas proposições sejam respondidas ao final da pesquisa, alcançado assim os objetivos propostos no trabalho. E que essas inquietudes se reflitam em contribuições para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, além da contribuição para a construção do conhecimento.

---

<sup>4</sup> Democratização equitativa no sentido ser representativo do público que estamos trabalhando para fins deste trabalho, ou seja, a sociedade do Maciço de Baturité.

## 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1. Democratização: Panorama dialógico

Durante muito tempo a educação superior no Brasil esteve restrita a uma determinada parcela da sociedade tida como economicamente elitizada. Ao fazermos uma análise sintética dos autores que abordam o assunto percebemos claramente que alguns deles compartilham dessa mesma corrente de pensamento, como Sguissardi em seu trabalho sobre a “Democratização do Ensino Superior no Brasil Democratização ou Massificação Mercantil” trata deste mesmo assunto:

[...] Com esta exposição, visa-se explicitar como, no âmbito de uma economia ultraliberal, com predominância financeira<sup>2</sup>, e de um Estado semiprivado, que lhe é funcional, estão sendo anuladas as fronteiras entre o público e o privado/ mercantil ao promover-se uma expansão da educação superior (ES) que a mantém como de elite e de alta qualificação para poucos, enquanto adquire traços de “sistema” de massas e de baixa qualificação para muitos. (SGUISSARDI, V. 2015. p.869)

Sguissardi aborda o assunto levantando questões duvidosas quanto à democratização do ensino superior no Brasil, para ele o processo de expansão universitária não teria seus objetivos alcançados, visto que haveria mais contribuição e benefícios para as empresas que passariam a oferecer cursos superiores, do que propriamente uma educação de qualidade para a população em geral. Olhando por essa perspectiva, podemos até concordar com Sguissardi, mas de acordo com o que propomos neste trabalho, a nossa linha analítica é diferente, pois trataremos diretamente da democratização do ponto de vista da universidade pública, apesar de que na descrição inicial termos citado programas e projetos que podem ter essa interpretação dúbia.

Silva (2007) enfatiza que o ensino superior no Brasil nasceu com características coloniais e de elite e que esse caráter elitista permanece com o passar dos tempos. Outros autores como Santos & Amorim, (2013); CAÔN & FRIZZO, (2010); também compartilham desta mesma ideia. Isso deixa claro que o processo educativo superior brasileiro sempre teve um caráter restritivo elitista, propiciando desigualdades entre o perfil dos que acessam e os que não acessam a universidade.

Desta forma, democratizar é, antes de tudo, uma quebra de paradigmas que nos leva a refletir sobre dois conceitos importantes, dos quais o nosso trabalho está a todo tempo

usufruindo das suas definições e abordagens que locupletam e dão sentido aos objetivos propostos, trata-se, portanto dos termos democracia e universidade.

Desta forma, em linhas gerais os termos democracia, democrático (a) denota ter direitos em um determinado sistema de governo, segundo Dahl (2001) a democracia não é apenas um processo de governar, mas de garantir satisfação daqueles que compactuam do que ele chama de “consequências desejáveis”, garantindo assim a seus cidadãos uma série de direitos fundamentais que os sistemas não democráticos não concedem e não podem conceder. Em outras palavras, a democracia não é perfeita, pois em sua essência não garante o desejo de todos, mas é melhor do que em um sistema não democrático. É importante destacar isso, posto que em um sistema representativo nem todos estarão dentro dele, mas sim a grande maioria, ou seja, quando falamos em democratizar é o mesmo que garantir o direito a todos através da maioria ali representada buscando sempre a satisfação social.

A democracia da era moderna é bem distinta da praticada e fundamentada na Grécia antiga, visto que naquela época a aplicabilidade dos preceitos básicos se dava em escala muito menor, o que de certa forma garantia uma maior representação da sociedade ali presente, porém com o desenvolvimento social humano, os extremos de pensamento das sociedades complexas passam para um nível em que o direito do exercício da democracia se dá em uma escala cada vez mais distante do que fora praticado no início das civilizações democráticas Dahl (2001). A democracia é um tema que desperta inúmeras reflexões e abordagens diferentes ao longo da história. Aqui, mesmo considerando a pertinência teórica de autores como Saramago, Aristóteles, Menckem, Shaw e Eça de Queiroz, esses três últimos destoam com certa criticidade sobre o assunto, optamos por aprofundar apenas a perspectiva que julgamos salutar para a compreensão da análise proposta.

O segundo elemento tratado aqui a nível conceitual e um dos termos centrais do trabalho, trata-se da universidade, criada segundo Buarque (2008), em contraposição ao conhecimento disseminado pelos conventos e dogmas religiosos que resistiam ao conhecimento novo e expansão da ciência.

A universidade foi a resposta democrática, no plano intelectual, à incapacidade dos conventos para aceitar o pensamento alternativo, novo, racional, crítico, centrado na lógica dos homens e não na revelação divina. A universidade derrubou os muros dos conventos, invadiu o mundo dogmático com novos conhecimentos, velhos de mais de mil anos, mas jovens pela acuidade na maneira de explicar o mundo, e ainda mais na liberdade de serem refeitos, ampliados, aprofundados, modificados. (BUARUQUE, 2008. p.2)

Em seu artigo publicado em 2008 sobre universidade e democracia, Buarque tece uma gama de críticas sobre em que estas se tornaram, pois em contraposição aos seus preceitos de criação, ou seja, de democratizar o conhecimento em uma época onde os muros, as castas, castelos e palácios detinham boa parte dos conhecimentos, surge agora uma universidade segregadora, divisória da escada social onde, cria-se uma “cortina de ouro” dividindo os pobres dos ricos, tornando a universidade restrita, e afirma que:

Nos dias de hoje, a universidade está sendo instrumento mais de desigualdade do que de igualdade, porque serve para a implantação de um apartheid social em escala global, não mais separando países uns dos outros, mas separando pessoas umas das outras. (BUARUQUE, 2008, p.4-5)

Nota-se que Buarque estava preocupado com a maneira de como o acesso à universidade estava sendo antidemocrático, dividindo ou restringindo o conhecimento a um determinado grupo social, que em pouca coisa representava a população brasileira.

Retomando a essência do projeto, Barbosa (2015) destaca que a modernidade da sociedade, assim como a evolução dos sistemas de educação, aliado a algumas decisões estratégicas governamentais de priorizar determinadas áreas de interesse dentro do contexto educacional, permitiu mais que um destino de uns poucos privilegiados, tornando-se assim uma escolha possível para muitos (BARBOSA, 2015, p. 257). Assim a autora outorga o que muito autor já tem discorrido ultimamente, porém com uma indagação, quanto ao desenvolvimento e a capacidade dos sistemas de educação superior de oferecer um efetivo aumento da igualdade de oportunidades. Sedimenta-se desta forma o fator origem social como um elemento fundamental entre a renda familiar e as chances de conclusão de um curso superior (BARBOSA, 2015). Esta relação específica poderá ser chancelada ou refutada a nível local, de acordo com as análises efetivamente realizadas dos dados dos discentes do nosso objeto de estudo.

Barbosa (2015), dialogando com Dubet (2015), ressalta que a análise dos sistemas de democratização do ensino superior se dá por diversas variáveis, sendo necessária uma análise com maior proximidade, objetivando avaliar em que grau eles contribuem ou não para as desigualdades acadêmicas. O autor vai além do discurso do acesso, e entra na capacidade que cada estudante tem de aprender e ascender meritoriamente dentro do sistema educacional, mas cabe aqui destacar que os fatos para além da democratização poderão ser analisados no seu dado momento, neste sentido, o olhar retorna mais especificamente para a compreensão do efeito democratizante, equitativamente desejável no meio acadêmico em consonância com o presente no núcleo social. Assim é relevante o trabalho de Martins (2000), que já faz uma

abordagem expansionista da educação superior no Brasil, desde a década de 60, onde as taxas de crescimento no número de matrículas não passavam de 11%, ele ressalta também as disparidades existentes entre as vagas criadas pelas universidades públicas e as privadas, quando até a década de 70 esse número era igual nos dois sistemas de ensino, havendo uma considerável diferença a partir daí, onde o ensino privado aumentou a níveis mais elevados do que o público. Esses dados refletem um pouco do que diz Sguissardi (2015), que colocando em reflexão a democratização atual, ressalta a massificação mercantil do ensino, onde segundo ele, esse processo é mais benéfico para as instituições privadas do que para sociedade realmente almejada pela política expansionista em questão.

Nesta perspectiva, dados do INEP (2014), apontam que a expansão do período de 2002 a 2014, foi muito além das outras políticas anteriormente realizadas, sendo que o número de vagas criadas na educação superior pública obteve um crescimento superior a 85%, isso mostra que o avanço do cenário atual se dá de maneira mais impactante do que nas décadas anteriores a 2002.

Analisando a relação financiamento/democratização do ensino superior no período compreendido entre as 1990 e o ano de 2004 Corbucci (2004), aponta para o início da reforma da educação superior no Brasil, com destaque para a criação do PROUNI, onde o programa recebeu críticas sob o argumento de que o dinheiro desprendido, através de isenções fiscais, para financiar as instituições que ofereciam vagas nas redes privadas, poderia servir para ampliar o número de vagas na rede pública, argumento frágil segundo este autor, pois para ele esses recursos oriundos das isenções, caso fossem aplicados diretamente nas instituições de ensino superior, não beneficiariam necessariamente os grupos sociais objetos do programa.

Assim, conjugando o que disse Martins, Sguissardi e Corbucci, podemos perceber que as pretensões governamentais de uma expansão da educação superior com objetivos de democratizar o ensino, sempre estiveram pautadas de alguma forma em atender às classes sociais mais desprovidas economicamente. Apesar de fazerem uma forte relação dicotômica entre os investimentos na educação básica e a superior, os mesmos apontam a necessidade social de se promover as mesmas oportunidades para as diferentes esferas da sociedade. Isto pode nos levar a concluir que os caminhos para a equalização das desigualdades no ensino superior passam por diferentes caminhos, sejam eles percorridos pelo viés da iniciativa privada, beneficiando as instituições particulares, como defende Sguissardi em relação ao custo benefício sem sustentabilidade, sejam pelos investimentos diretos nas instituições públicas.

#### *4.2. Democratização: a expansão e a interiorização*

Como demonstrado na introdução deste trabalho o plano de expansão das Universidades Federais assim como dos Institutos Federais e demais órgãos ligados ao desenvolvimento da educação superior do país, (considerando o momento mais atual, ou seja, desde a reformulação da LDB9394/96), se deu em um primeiro momento no período de 2003 a 2007, quando da implantação de novas universidades e a criação de programas importantes para alavancar a educação superior como o PROUNI. No segundo momento, veio o fortalecimento das políticas de financiamento estudantil e entre outros investimentos, o REUNI que permitiu a criação de novas vagas no setor público, ampliando os investimentos também na infraestrutura e qualificação do corpo técnico das Universidades Federais.

Desta forma Barros (2015), estudando sobre a expansão da educação superior brasileira apontado para os seus limites e possibilidades, afirma que, assim como Sguissardi, é notório o crescimento da estrutura do ensino público de graduação, porém os números de matrículas do período de 2011 a 2010 apontavam para uma forte permanência da educação privada como sendo a principal alternativa para boa parte da população brasileira. Neste mesmo trabalho ele elege quatro políticas públicas como sendo importantes, mesmo com severas críticas, mas com apoio da sociedade civil, para a democratização do ensino superior, são elas: a ampliação do financiamento através dos programas de financiamento estudantil PROUNI e FIES, que segundo Barros (2015), os programas promovem uma política pública de acesso, mas não de permanência; A ampliação de vagas na rede federal através do programa de reestruturação e expansão das Universidades Federais após 2007 (REUNI), o qual já foi aqui detalhado através de dados do MEC (2014) no texto introdutório, que demonstram um relevante crescimento deste setor, com ressalvas de que muitos dos objetivos propostos neste programa não foram cumpridos, como obras inacabadas, paralisadas e/ou com atrasos, além de custos adicionais fora dos previstos; o estímulo dado à Universidade Aberta do Brasil (UAB), promovendo o acesso aos cursos à distância semipresenciais e por fim a política de cotas é também destacada por Barros. Todos esses destaques feitos por Barros são precedidos de críticas no tocante a massificação universitária em detrimento da qualidade oferecida, e conclui que os avanços são tímidos, mas importantes para a educação superior do Brasil, entretanto ele aponta para um olhar mais específico na educação básica e que os efeitos destas ações podem levar algumas décadas para terem seus efeitos efetivamente alcançados.

No contexto da interiorização o plano de governo instituído em meados de 2007 (REUNI), do qual inegavelmente desde então vem sendo objeto de estudo por muitos autores, inclusive os aqui pesquisados, que trabalharam com o tema recentemente, tais como Barros (2015), Sguissardi (2015), Marques (2012), dentre outros. Destacamos Marques (2012) que ao construir seu artigo sobre a expansão da educação superior com recorte especial sobre as desigualdades do sistema de ensino, ressalta que os desejos governamentais de desenvolvimento, bem como o binômio educação superior *versus* superação do atraso econômico, modelaram no Brasil, sobretudo no regime militar de 1964, um sistema dicotômico de ensino, de um lado o público, restritivo, socialmente excludente e com distribuição espacial geográfica concentrado próximo aos polos industriais e grande centros econômicos, e de outro o privado alavancado pelos ganhos financeiros e pela incapacidade de absorção do setor público. Isso só muda segundo Marques & Cêpeda (2012), a partir dos programas de expansão universitária que promoveram uma diminuição assimétrica das desigualdades de quatro forma/mecanismos diferentes: a expansão quantitativa, de acesso, de função (Foco no desenvolvimento local e nos arranjos produtivos) e a geográfica, na qual estamos inseridos e assim por ele definido:

[...]expansão geográfica: interiorização das instituições e vagas, bem como a absorção das periferias metropolitanas e as regiões de fronteira, em vários movimentos: a) interiorização das IES, em direção a regiões mais afastadas ou menos desenvolvidas (nacionalmente, dentro dos estados e de metrópoles – estas como periferias urbanas); b) criação de novas unidades (campus ou IES) em mesorregiões/zonas fronteiriças (enclaves de fronteira entre estados, como a UFFS, ou em fronteira externa como a UNILA)[...] (MARQUES e CÊPEDA, 2012, p.173)

Neste contexto expansivo educacional as universidades agora instaladas em cidades do interior, voltadas principalmente para o atendimento das necessidades locais, com vistas no desenvolvimento regional, tem a função de reordenamento territorial, tendo em vista que cerca de 40% da população brasileira se aloca nas regiões litorâneas (MARQUES e CÊPEDA, 2012). Esses mesmo autores pontua ainda que, e concluindo suas observações sobre o tema em questão, o processo de mudança e o panorama contemporâneo de todo esse arcabouço de políticas governamentais terá seus efeitos mais claros e com resultados concretos a longo prazo e com constante acompanhamento por parte de pesquisadores e da sociedade civil.

#### 4.3. *Democratização: O Maciço de Baturité e o surgimento da UNILAB.*

Os circuitos de produção e consumo da economia onde as universidades estão inseridas, sobretudo às que são instaladas em pequenos municípios, como é o caso da

UNILAB, repercutem de forma multiplicadora nas estruturas espaciais e sociais, principalmente nos polos onde as mesmas estão inseridas. Esses circuitos são muitas vezes determinantes para a construção e contribuição da relação entre a universidade e sua comunidade local. Contribuem também os investimentos em outras áreas, obviamente. Paralelamente a esses investimentos dos governos nas mais diversas áreas, sejam econômicas ou educacionais, cabe aqui destacar os investimentos nas políticas públicas que são, de forma resumida, ações de governo para transformar a realidade de uma sociedade - complexa e diversificada - buscando diagnosticar e analisar os problemas sociais, políticos e econômicos de forma interativa e democrática, com os atores envolvidos, buscando o equilíbrio e o bem-estar de todos. Para ilustrar cabe destacar o que disse KARL MARX citado por Rodrigues (2010), nesse texto Marx toca no tema das políticas públicas (sociais) ao referir-se às instituições como instrumentos importantes de transformação social e efetivação dos direitos da cidadania.

Neste contexto, os circuitos produtivos do Maciço de Baturité sempre estiveram fundamentados na produção agropecuária no início da colonização e nas últimas décadas, no comércio, serviços, e algumas indústrias de transformação. O turismo também se destaca por ser uma região próxima à capital cearense e considerada de clima serrano.

Neste sentido a região do maciço não se caracteriza apenas por ser uma área de desenvolvimento econômico de base industrial, mas de uma economia mista fundamentada na produção de base familiar na zona rural, onde vive cerca de metade da população (IBGE, 2010), como também nos demais elos econômicos presentes no meio urbano, sendo portanto uma região em que sua população alicerça-se em uma estrutura socioeconômica relevante, mas ainda com uma distribuição desigual, espelhando o que ocorre na maioria das cidades brasileiras. Assim, Cavalcanti (2014) ao trabalhar em seu artigo sobre desenvolvimento territorial afirma que um dos pilares que contribuem para o atraso econômico e as desigualdades sociais de uma região, trata-se do baixo investimento em capital social, o que torna a sociedade civil incapaz de contribuir para o desenvolvimento. Faz parte ainda do processo de construção histórico dos municípios que compõe o Maciço de Baturité, assim como da grande maioria dos municípios brasileiros, alguns elementos que são determinantes para a permanência das desigualdades sociais, como a concentração da propriedade da terra, a carência de serviços públicos, a precariedade do acesso aos meios de produção por determinados grupos, além ainda do manobristismo local e o clientelismo político, estes últimos tão naturais mas pouco percebido na sua real dimensão pelos que tiveram menos oportunidade de acesso ao conhecimento. Todos esses problemáticos elementos são tratados de maneira

efêmera pelas políticas públicas, mas certamente a forma mais eficaz de combatê-los seria o acesso a uma educação de qualidade, tornando esse capital social capaz o suficiente para servir de instrumento eficaz de desenvolvimento, isso é possível quando, no caso da realidade onde se insere a UNILAB, as populações estão inseridas de forma democrática no meio acadêmico.

Neste contexto socioeconômico, surge em 2010 a UNILAB, que se instala na cidade de Redenção e Acarape no Maciço de Baturité (figura 1), composto por treze municípios e carente de instituições de ensino científico-acadêmicas, este território<sup>5</sup> torna-se um campo aberto para a realização de pesquisas e trabalhos científicos com vistas sobretudo à resolução dos problemas locais, sendo a UNILAB a segunda Universidade Federal a se instalar no estado do Ceará.

**FIGURA 1: Representação geográfica do Maciço de Baturité**



Logo quando da instalação e início dos trabalhos acadêmicos da universidade, houve uma proposta de inserção e incentivo da população local para a composição do quadro discente no primeiro ano de funcionamento. Desta forma reservou-se 40% das vagas da universidade para alunos que moravam no Maciço de Baturité e que cursaram o ensino médio em escolas públicas, este ato teve como objetivo valorizar a população local e estabelecer o primeiro ato de relação entre a universidade e a comunidade local (DIOGENES e AGUIAR, 2013). Isto representou também o primeiro ato de acesso democrático ao ensino superior da universidade na região do Maciço de Baturité.

Ainda segundo Diogenes & Aguiar, (2013), os trabalhos de implantação da universidade iniciaram em 2008 com a instalação da comissão de implantação, que resultou na lei de criação da UNILAB quase dois anos depois, em 25 de maio de 2010 a nova

<sup>5</sup> Território definido por e a partir das relações de poder políticos, geograficamente delimitado conforme a figura 1

universidade efetivamente “abriu as portas” e iniciou um novo capítulo na trajetória histórica de Redenção e do maciço.

No mesmo texto, os autores afirmam ainda que além de no primeiro processo seletivo de estudantes ter sido priorizada a entrada de alunos oriundos dos municípios componentes do maciço, os processos de ingressos seguintes sempre tiveram caráter democrático de promoção social, oportunizando a entrada das classes sociais mais pobres, através do sistema seleção unificada (SISU) e reserva de cotas de vagas, garantindo assim o acesso democrático aos estudantes, não mais só do Maciço mas de outras cidades que estão próximas à universidade. Ressaltamos ainda que o processo de ingresso e a forma de seleção dos discentes oriundos dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) é diferente do aplicado aqui no Brasil, mas do ponto de vista da diversidade racial e heterogeneidade cultural, no que diz respeito a democratização do ensino, as percepções visuais nos conduzem a conclusão e inferência de que a sensação de democratização proposta nas diretrizes de criação da universidade como também nos planos de expansão do ensino superior está contida dentro da realidade aqui vivida. Mas essa é uma inferência que poderá ser efetivamente analisada e confirmada ou não através, através das conclusões deste trabalho.

## 5. METODOLOGIA

O processo metodológico utilizado neste trabalho para atingir os objetivos propostos será, quanto à forma de abordagem do problema, tanto qualitativa quanto quantitativa, portanto misto. A abordagem qualitativa segundo Prodanov (2013) considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito sendo a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados um elemento básico neste processo (PRODANOV, 2013, p. 70). Minayo (1996) também concorda com Prodanov, entretanto ressalta que tanto o conjunto de dados qualitativos quanto quantitativos não são distante entre si, ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles possui uma interação dinâmica que suplanta qualquer dicotomia (MINAYO, 1996, p.22).

Desta forma, a primeira tarefa qualitativa da abordagem metodológica da pesquisa será a dissociação dos elementos que contemplam a problemática da democratização do ensino superior, contidos dentro das políticas públicas de expansão e ampliação do ensino superior no contexto brasileiro com ênfase no âmbito regional/local. Estes elementos identificados no contexto dessas políticas públicas serão principalmente os seus objetivos propostos e suas previsões de alcance dentro da sociedade, estes servirão para dialogar diretamente com os números coletados dentro do banco de dados da UNILAB, buscando desta forma suprir de respostas um dos objetivos da pesquisa que trata sobre as políticas de governo, e suas contribuições para o pluralismo representacional das massas sociais objetos dessas políticas.

As políticas públicas de expansão e promoção do acesso democrático ao ensino superior analisadas para fins deste trabalho serão: O Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais); Sisu (Sistema de Seleção Unificada); PBP (Programa Bolsa Permanência); Pnaes (Programa Nacional de Assistência Estudantil).

O processo quantitativo caracteriza-se segundo Prodanov (2013) por traduzir em números opiniões e informações, requer desta forma o uso de técnicas estatísticas como percentagem, média, moda, contagem etc. Esse processo busca, através da estatística descritiva, sintetizar grandes quantidades de dados e informações objetivando a compreensão, visualização e conclusões quanto aos aspectos estudados.

Neste sentido a busca pelos dados quantitativos se dará através de solicitação formal junto aos departamentos competentes da UNILAB, como também na base de microdados do MEC, objetivando a tabulação e filtragem dos seguintes dados: Renda per capita familiar,

Período/semestre de entrada, Município de origem, Recebe auxílio<sup>6</sup>. Será importante também os dados referente à Raça/Cor (auto declaratório) - que servirá para demonstrar como a miscigenação racial do maciço está distribuída e representada dentro da universidade, teremos o cuidado de identificar o país de origem desses estudantes para que não haja conclusões precipitadas, tendo em vista os objetivos da pesquisa e a comunidade estrangeira presente; Curso – esse dado será importante para compreender como estão distribuídos os estudantes dentro de cada curso, conforme análise comparativa feita entre os demais critérios. Como exemplo, dados do IBGE mostram que em 2010 48% dos brasileiros eram brancos, entretanto os cursos de maior relação candidato/vaga, como medicina, veterinária, odontologia e direito apresentavam 74%, 80%, 75%, 65% respectivamente de pessoas autodeclaradas brancas em sua composição. Isso mostra que a tese amplamente difundida de que o *campus* reflete a sociedade atualmente, não é verdadeira (RISTOFF, 2014, p. 731). Este mesmo questionamento será possível fazer com base nos dados que serão o ambiente material de estudo desta pesquisa.

Todos estes dados obtidos serão tratados com filtros em planilhas do Excel, saindo do modo descritivo individual e tomando esses números de maneira coletiva, agrupados em suas categorias de interesse de maneira a permitir sua quantificação e análise. Para isso utilizaremos as ferramentas básicas como, tabelas com números absolutos, gráficos comparativos, percentagem e desvio padrão.

A terceira dimensão de análise será também quantitativa e utilizará, portanto das mesmas técnicas acima descritas, trata-se assim dos dados socioeconômicos e populacionais, do Maciço de Baturité, disponível na base de dados do IBGE na internet. Estes dados receberão o mesmo tratamento dos oriundos da base de dados do MEC/UNILAB, e servirão para estabelecer os efeitos comparativos entre o que existe dentro do *campus* e a população onde o mesmo está inserido com vistas aos objetivos das políticas públicas de acesso à educação superior.

Concluindo o processo metodológico, partindo do pressuposto de que a UNILAB é democrática e acessível a todas as classes sociais existente no Maciço de Baturité, ou seja, que o *campus* reflete a sociedade, e que as políticas públicas estão contempladas dentro dos números analisados, esperamos estabelecer a relação causa efeito das dimensões sociais analisadas.

---

<sup>6</sup> Estes quatros primeiros critérios de seleção de dados já foram explicados na introdução, restando agora com mais objetividade e clareza a explicação dos demais itens da pesquisa.

## **6. RELEVÂNCIA SOCIAL /RESULTADOS ESPERADOS**

Boa parte dos autores pesquisados, e alguns deles até citados neste trabalho, tratam do tema da democratização do ensino superior de maneira abrangente no cenário nacional, trazendo reflexões a cerca dos resultados e efeitos que as políticas públicas de expansão, interiorização e valorização das instituições de ensino superior podem trazer para a sociedade, mas em poucas situações o olhar está voltado para uma análise mais específica, tratando de analisar os dados específicos em uma abrangência local/regional. Desta forma se torna importante a busca por dados que demonstrem de maneira elucidativa como as estruturas educacionais do ensino superior no âmbito local estão montadas e estruturadas em paralelo com os anseios sociais, não sendo assim importante apenas a busca desses dados, mas também da maneira de como poderão ser interpretados diante de um cenário político atual.

Assim esperamos compreender e promover as reflexões das ações das políticas de expansão e democratização do ensino superior com recorte local, voltado para o caso da UNILAB, como sendo o resultado material de um programa de governo ou política pública.

## 7. PLANO DE ATIVIDADES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ATIVIDADES	2019											
	MESES											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
A	E	A	B	A	U	U	G	E	U	O	E	
N	V	R	R	I	N	L	O	T	T	V	Z	
E	E	Ç	I	O	H	H	D	E	U	E	E	
I	R	O	L		O	O	T	M	B	M	M	
R	E						O	B	R	B	B	
O	I							R	O	R	R	
	R							O		O	O	
Estudo sobre metodologia científica	X	X	X									
Pesquisa Bibliográfica	X	X	X	X	X							
Leitura e Fichamento de textos	X	X	X	X	X	X						
Análise de textos		X	X	X	X	X						
Redação Preliminar do Trabalho					X	X	X	X				
Coleta de dados Nas bases da UNILAB						X	X		X			
Análise das políticas públicas de expansão universitária e de promoção do acesso democrático ao ensino superior.						X	X					
Coleta de dados na Base do IBGE							X	X				
Elaboração de gráficos e tabelas							X	X	X			
Interpretação dos dados								X	X			
Revisão/ Redação final									X	X		

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIOGENES, CAMILA GOMES; AGUIAR, JOSÉ REGINALDO. **Unilab: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul**. Redenção-CE: UNILAB, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: **Teoria, Método e Criatividade**. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ATHAYDE, N. S. et al. **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**. UNILAB. REDENÇÃO-CE, p. 124. 2017.

BARBOSA, M. L. D. O. Destinos, Escolhas e a democratização do ensino superior. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, n. 31, p. 256-282, set./dez. 2015.

BARROS, A. D. S. X. Expansão da Educação Superior no Brasil: Limites e Responsabilidades. **Educ. Soci.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abril/junho 2015.

BRANDÃO, C. R. **Educação Popular**. [S.l.]: Brasiliense, 1984.

BRASIL. DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**, 24 ABRIL 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 20 SETEMBRO 2017.

BRASIL, UNICEFE. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). **Site do Unicef Brasil**, 5-9 março 1990. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10230.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm)>. Acesso em: 08 julho 2017.

BRASIL; MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Maciço de Baturité**. FORTALEZA: [s.n.], v. I, 2010.

BUARQUE, C. Unversidade e Democracia. **Revista USP**, São Pulo, n. 78, p. 68-77, junho/agosto 2008.

CAÔN, G. F.; FRIZZO, H. C. F. Acesso, Equidade e Permanência no Ensino Superior: Desafios para o processo de democratização da educação no Brasil. **Revista Vertentes**, São João Del-Rei, v. 19, n. 2, 2010.

CORBUCCI, P. R. Financiamento e Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil: Da Deserção do Estado ao Projeto de Reforma. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, outubro 2004. ISSN ISSN 0101-7330.

DAHL, R. A. **Sobrea Democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Beasilia: Universidade de Brasilia, 2001. 230 p. ISBN ISBM: 85-230-0621-4.

DIOGENES, C. G.; AGUIAR, J. R. **Unilab: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul**. 1ª Edição. ed. Redenção: [s.n.], 2013. 120 p. ISBN CDD:920.

IBGE. CENSOS DEMOGRÁFICOS. **Aglomerados subnormais: Informações territoriais**, 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em: 5 agosto 2017.

INEP, I. N. D. E. E. P. E. A. T.-. **Resumo Técnico - Censo da Educação Superior**. BRASIL, Ministério da educação - MEC. Brasília, p. 82. 2013. (ISBN 978-85-7863-044-7).

INEP, I. N. D. E. P. E. A. T.-. Censo da Educação Superior. **Censo da Educação Superior**, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/cento-da-educacao-superior>>. Acesso em: 17 stembro 2017.

MARQUES, A. C. H.; CÊPEDA, V. A. Um Perfil Sobre a Expansão do Ensino Superior Recente no Brasil: Aspectos Democráticos e Inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, ulho/dezembro 2012.

MARTINS, C. B. O Ensino Superior Brasileiro Nos Anos 90. **São Paulo Perspec. [online]**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41-60, jan./mar. 2000. ISSN ISSN 1805-9452. MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Balanco Social Sesu 2003-2014**, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/arquivos>>. Acesso em: 12 Outubro 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS. Bolsa Família-Como funciona. **Ministério do Desenvolvimento Social**, 01 julho 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>>. Acesso em: 16 novembro 2016.

RISTOFF, D. O novo Perfil do Campus Brasileiro: Uma Análise do Perfil Sócioeconômico do Estudante de Graduação. **Avaliação Capinas**, Sorocaba-SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, novwmbro 2014.

RODRIGUES, M. M. A. **Folha explica: Políticas Públicas**. [S.l.]: Publifolha, 2010.

SANTOS, I. P. D.; AMORIM, R. F. D. A democratização do Acesso ao Ensino Superior no Brasil e seus Reflexos nos Cursos Jurídicos. **Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos**, Florianopolis , p. 106-122, maio 2013. ISSN ISBN: 978-85-7840-164-1.

SGUISSARDI, V. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. DEMOCRATIZAÇÃO OU MASSIFICAÇÃO MERCANTIL? **Educ. Soc.**, Campinas - SP, p. 867-889, outu-dez 2015.

SILVA, F. C. D. A Democratização do Acesso ao Ensino Superior- Um estudo sobre o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e sobre o Sistema de Reservas de Cotas de Vagas Étnico-Raciais. **Dissertação de Mestrado** - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, p. 193. 2007.

UFFS. UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **HISTÓRICO DA UFFS**, 2015. Disponível em: <[http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=85&Itemid=826](http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=826)>. Acesso em: 5 OUTUBRO 2017.

BRASIL, UNILAB, COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO. **PDI - Diretrizes Gerais**. [S.l.]: [s.n.], 2010. PDI 2010. Disponível em: [http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes\\_Gerais\\_UNILAB.pdf](http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf). Acesso em: 09 agosto 2017.